

Região Metropolitana volta a ser debatida

Saneamento, segurança, saúde e educação serão ações integradas entre os municípios

MÁRCIO CASTILHO

Com o fim das eleições na Grande Vitória e a posse em janeiro de 2001 dos novos prefeitos, alguns deles reeleitos, volta à mesa de discussões a aplicação de uma lei antiga que não saiu do papel. Trata-se da criação da Região Metropolitana, prevendo ações integradas das prefeituras de Vitória, Vila Velha, Serra, Cariacica, Viana e, mais recente-

mente, Guarapari, nas áreas de saneamento básico, segurança, saúde, educação e preservação ambiental, dentre outras.

O secretário estadual de Planejamento, Guilherme Henrique Pereira, declarou na semana passada que o Governo tem interesse na implantação definitiva da Região Metropolitana, mas reconheceu que o projeto enfrenta dificuldades políticas. Os especialistas no tema também apontam os interesses isolados dos municípios e a falta de planejamento como os fatores que inviabilizam a Lei Complementar 58, de fevereiro de 1995.

“Não dá para atacar o problema do município isoladamente. Além disso, falta um sistema de informações, que seria necessá-

rio para a operacionalização da Região Metropolitana. Apenas a Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV) tem dados consolidados na área de transporte”, disse o urbanista André Abe, que concluiu no ano passado a tese “Grande Vitória, crescimento e metropolização”.

Particularidade

Para o economista Orlando Caliman, ex-secretário de Planejamento, o Espírito Santo tem uma particularidade que dificulta o gerenciamento metropolitano. “Os municípios da Grande Vitória têm praticamente o mesmo tamanho. Vitória não é a maior cidade em população. Dessa forma, fica difícil alguma

prefeitura assumir o papel de integração dos demais municípios”, afirmou. Segundo ele, os serviços integrados pressupõem um trabalho separado por funções públicas.

O professor da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Roberto Garcia Simões, afirmou, no entanto, que o relativo equilíbrio em termos territoriais e populacionais na Grande Vitória é um fator favorável para a integração dos municípios. “A Região Metropolitana depende de um planejamento, uma dimensão institucional para coordenar esse esforço e um orçamento metropolitano para que uma bela idéia seja traduzida em experiências práticas”, afirmou o professor da Ufes.